

ASSENTAMENTOS RURAIS NA MICRORREGIÃO DE ANDRADINA (SP): ACESSO A CRÉDITO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL*

Flaviana Cavalcanti da Silva¹
Antonio Lázaro Sant'Ana²
Ana Heloisa Maia³
Elisandra Alves Silva⁴
João André do Amaral⁵

Em vista do papel das políticas públicas no fortalecimento das estratégias de reprodução socioeconômica dos produtores familiares, este trabalho discute aspectos relacionados ao acesso a financiamentos e aos serviços de assistência técnica e extensão rural, por parte de produtores assentados, na Microrregião de Andradina/SP. Foram pesquisados 30 produtores pertencentes a assentamentos localizados na referida Microrregião; os instrumentos utilizados na coleta de dados consistiram, principalmente, em questionários e observação direta no trabalho de campo. Observou-se, dentre os produtores pesquisados, o amplo acesso a créditos agrícolas, 87% destes afirmaram que possuem financiamentos ativos, com predominância de linhas de crédito do Pronaf; a grande maioria dos financiamentos obtidos (77%) foi destinada a investimentos, sobretudo à aquisição de matrizes de gado leiteiro. Em relação à assistência técnica e extensão rural, observou-se que, embora os produtores pesquisados pertençam a projetos de assentamentos assistidos pelo INCRA e/ou ITESP, um considerável percentual destes agricultores (43%) declararam que não estavam recebendo assistência técnica, dentre estes, 31% declararam que nunca contaram com serviços de ATER. Metade dos produtores pesquisados apresentou insatisfação em relação à assistência técnica prestada por pelo menos um dos dois principais órgãos responsáveis por tal serviço, especialmente à assistência técnica prestada pelo INCRA.

Palavras-chave: assentamentos rurais, políticas públicas

* Parte da dissertação da primeira autora, aprovada pela Unesp – Campus de Ilha Solteira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Agronomia, realizada sob a orientação do segundo autor.

¹ Engenheira Agrônoma, discente do Programa de Pós Graduação da Unesp – Campus de Ilha Solteira (doutorado) - E-mail: flaviana_cavalcanti@hotmail.com

² Engenheiro Agrônomo, docente da Unesp – Campus de Ilha Solteira - E-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

³ Engenheira Agrônoma, docente da Unemat – Universidade Estadual do Mato Grosso – Campus de Nova Xavantina - E-mail: anaheloisamaia@yahoo.com.br

⁴ Engenheira Agrônoma – E-mail: elisandra_agro@yahoo.com.br

⁵ Engenheiro Agrônomo – E-mail: Engenheiro Agrônomo – E-mail: champignon2000@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária da Microrregião de Andradina é caracterizada pela forte presença de pequenas unidades de produção. Entretanto, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012), a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários familiares representa apenas 18,12% da área total ocupada com estabelecimentos agropecuários na Microrregião, muito embora, 78,68% desses estabelecimentos pertençam à agricultura familiar.

De acordo com Buainain et al. (2003), o traço mais marcante e, também, a principal distorção da estruturação fundiária no país refere-se à concentração da propriedade da terra. Tais aspectos reforçam a relevância dos assentamentos rurais, que segundo Bergamasco e Norder (1996, p.06), consistem na “criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Conforme Medeiros e Leite (2004), os assentamentos rurais são resultados, concomitantes, das lutas e dos conflitos gerados pelos agricultores e outros trabalhadores rurais e das ações governamentais voltadas para a acomodação das demandas desses movimentos sociais e para a normatização das regras de acesso à terra.

A criação dos assentamentos rurais, conforme destaca Bergamasco e Norder (1996), pode propiciar alterações nas relações entre o campo e a cidade, uma vez que os efeitos locais e regionais da grande propriedade, produtiva ou não, são significativamente inferiores aos benefícios da agricultura familiar.

Do ponto de vista social, o acesso à terra consiste em uma política voltada para o combate à pobreza e para a ampliação de direitos, como o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, educação e renda (INCRA, 2010). Neste contexto, destaca-se a importância das ações governamentais baseadas, também, em programas de financiamento e de assistência técnica e extensão rural, para que a criação dos assentamentos rurais possa implicar nas transformações sociais pretendidas.

Parte da dissertação de mestrado da primeira autora, este trabalho visa discutir questões relacionadas ao acesso a financiamentos e aos serviços de assistência técnica e

extensão rural, por parte de produtores assentados, na Microrregião de Andradina/SP, a partir de informações de caráter quantitativo e qualitativo, a fim de contribuir para a compreensão dos reflexos das políticas públicas e para a análise da efetividade destas ações, nos assentamentos rurais da Microrregião.

Políticas Públicas de Crédito e de Assistência Técnica e Extensão Rural

Dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2012) revelaram que os estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar representam 84,4% do total e ocupam 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, entretanto, o segmento é responsável por 38% do valor bruto da produção gerada e responde por 74,4% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários. Tais dados contribuem para a compreensão da importância social e econômica do segmento da agricultura familiar no país, todavia, enfatiza-se que a participação do segmento na produção agropecuária nacional poderia ser reforçada e as estratégias dos produtores estimuladas, por meio de políticas públicas de desenvolvimento rural que tenham como objetivo apoiar a agricultura familiar.

De acordo com Arraes e Sousa Júnior (2009), as ações governamentais voltadas para a agricultura familiar, tanto por parte do Governo Federal, como dos governos estaduais, incluem políticas de investimento social e de redução de pobreza. Ainda segundo os autores, as medidas contempladas por tais políticas visam: a) promover o acesso à terra por meio da continuação da reforma agrária; b) garantir a segurança alimentar, geração de renda e emprego e redução da dependência econômica externa; c) desenvolver as regiões do semi-árido; d) investir em infraestrutura social, sobretudo, na eletrificação rural, entre outras. A efetividade destas ações se relaciona, também, com ampliação do acesso por partes das populações rurais a programas públicos de financiamento agropecuário e de assistência técnica e extensão rural.

Conforme Bruno e Dias (2004), os programas e políticas públicas de crédito rural se apresentaram, quase sempre, na forma de políticas de inclusão social ou de integração de grupos sociais, economicamente carentes nos mercados locais e regionais e em alguns casos, no âmbito da economia agroindustrial. Ainda segundo os autores, no caso dos assentamentos rurais, a finalidade de tais políticas públicas, em muitos casos,

atreladas à dimensão econômica da vida social dos produtores, se volta para a promoção de uma rápida *emancipação* ou *consolidação* dos assentamentos rurais enquanto unidades produtivas.

Criado por meio do Decreto 1946 de 28/06/1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf visa “*promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda*” (BRASIL, 2011, p. 01).

A criação do Pronaf foi resultado do reconhecimento da potencialidade da agricultura familiar enquanto segmento de importância socioeconômica e da luta dos agricultores familiares, bem como, da pressão exercida por movimentos sociais. O Pronaf contempla três grandes eixos de atuação, com uma ampla gama de objetivos: política agrícola (crédito, preços e tributação), oferta de serviços de apoio (pesquisa, assistência técnica e extensão rural e reforma agrária) e apoio à formação de infraestrutura física e social dos municípios (BRUNO; DIAS, 2004).

A condução dos programas de financiamentos voltados para a agricultura familiar está estreitamente ligada à outra política pública de importância para o desenvolvimento socioeconômico do segmento: a política de assistência técnica e extensão rural. Ao analisarem o desempenho de projetos de reforma agrária, Ferreira e Garcia (2002, p.26), verificaram que “quando a extensão rural se faz presente de forma adequada os ganhos em desempenho dos projetos foram substancialmente superiores”

A produtividade em projetos de assentamentos rurais relaciona-se com o acesso à assistência técnica e com o modelo tecnológico adotado pelos produtores (HEREDIA et al., 2002; ARRAES, SOUSA JÚNIOR, 2009).

Instituída por meio da Lei 12.188, 11/01/2010, a PNATER é uma resposta à necessidade de ruptura com o modelo difusionista de extensão rural; o seu enfoque visa superar as consequências sociais, econômicas e ambientais das formas convencionais de produção nas quais esteve focada a extensão rural no país. A PNATER visa assegurar, com exclusividade, de forma gratuita e com qualidade, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas ribeirinhos e outros,

Atualmente, em torno de 30% dos agricultores familiares tem acesso aos serviços de assistência técnica extensão rural, no país (BRASIL, 2012). Mesmo com a instituição da PNATER, observa-se que o percentual de agricultores familiares que tem acesso a tais serviços é bastante baixo, principalmente, quando se analisa a importância da ATER no que concerne às ações de desenvolvimento voltadas para o campo.

2. METODOLOGIA

A Microrregião de Andradina, na qual foi realizado o presente trabalho, pertence à mesorregião de Araçatuba e está localizada no noroeste do estado de São Paulo, sua área abrange 6.888,149 km², distribuída entre onze municípios: Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci e Suzanápolis.

Figura 1: Microrregião de Andradina (área em destaque)



Fonte: www.cidadespaulistas.com.br

Foram pesquisados 30 produtores, pertencentes a oito assentamentos distribuídos entre cinco municípios (Andradina, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura e Castilho). Em Andradina, foram pesquisados produtores dos Assentamentos Primavera (2 – 7% do total de famílias assentadas) e do Assentamento Belo Monte (9 – 30%); em Itapura os produtores pesquisados pertencem aos Assentamentos Rosely Nunes (5 – 17%); em Ilha Solteira, foram pesquisados produtores do Assentamento Estrela da Ilha (5 - 7%); no Município de Castilho, foram pesquisados produtores pertencentes aos Assentamentos

São Joaquim (1 - 3%) e Anhumas (1 - 3%); já em Guaraçá, a pesquisa abrangeu produtores pertencentes aos Assentamentos Aroeira (5 -17%) e São José II (2 - 7%).

O levantamento foi realizado com a utilização de questionários caracterizados por uma abordagem quantitativa e qualitativa. A destes dos foi realizada, entre os meses de junho e dezembro de 2011, em visitas individualizadas aos lotes, cujos dados foram previamente fornecidos por profissionais de assistência técnica e extensão rural do INCRA e do ITESP. Buscou-se privilegiar a utilização de questões abertas (abordagem qualitativa); especialmente, no que se refere à caracterização das políticas públicas, a fim de se avaliar, segundo a percepção dos produtores familiares de cada Microrregião, a acessibilidade às políticas destinadas ao segmento, bem como, a qualidade destas e o seu papel no que se refere à condução e à manutenção das atividades produtivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Crédito rural

Dentre os produtores pesquisados, 87% (26) afirmaram que possuem financiamentos ativos; exceto dois produtores, os demais (24 produtores) mencionaram linhas de crédito do Pronaf.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), disponibiliza crédito de produção que, entre outros benefícios, favorece as famílias beneficiárias de reforma agrária, através do PRONAF grupo A. Esse crédito financia as primeiras atividades de investimento e custeio observado o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) elaborado, e tem por finalidade a estruturação da unidade familiar dos assentados, visando sua inserção nos mercados locais e regionais (ARRAES; SOUSA JÚNIOR; 2009, p. 476).

Dentre os produtores que não tomaram crédito (4 – 13%), verificou-se que em dois casos os agricultores encontraram dificuldades para a obtenção de crédito, em virtude do fato dos respectivos lotes serem fruto de *aquisição de direitos*; e os outros, o

produtor não julgou necessário ou optaram por trabalhar exclusivamente com recursos próprios.

Ao ser levantada a finalidade dos créditos dentre os 26 produtores que tomaram recursos, verificou-se que a grande maioria dos financiamentos foi destinada a investimentos: 22 produtores (84% daqueles que possuem financiamento ativo) utilizaram os financiamentos para tal finalidade, especialmente para a aquisição de matrizes de gado leiteiro (20 produtores, ou seja, 77% daqueles que possuem financiamento ativo). Observa-se na região, dentre os produtores assentados, a *tradição* de empregarem quase que invariavelmente os recursos obtidos por meio do Pronaf A na compra de matrizes; sendo frequente os produtores se referirem a esta linha de crédito como o 'Pronaf do gado'. O valor médio dos financiamentos ativos destinados a investimentos levantados na pesquisa foi de cerca de R\$15.000,00. Em relação aos prazos de pagamento, verificou-se, que a grande maioria dos produtores dispõe de 10 anos para quitar esses financiamentos (3 anos de carência e 7 anos para amortizar a dívida).

Financiamentos destinados a custeios foram mencionados por oito produtores, com destaque para o pagamento dos custos de produção da implantação de culturas como o milho (3), a cana-de-açúcar (2) e a mandioca (2). No caso de custeio o valor médio verificado foi de cerca de R\$5.000,00 e os prazos para pagamento variam entre 1 e 3 anos.

Quando questionados, 12 produtores afirmaram que os financiamentos mencionados foram os primeiros obtidos, ou seja, 46% dos produtores que possuem algum financiamento ativo não haviam realizado, até então, acesso ao crédito agrícola ou pecuário.

Ao avaliarem os recursos obtidos, 17 produtores (65% daqueles que possuem financiamentos ativos) se mostraram inteiramente satisfeitos. Quatro produtores (16%) afirmaram que encontram/encontraram dificuldades para quitar os respectivos financiamentos. Quatro produtores apresentaram queixas relacionadas com os valores obtidos (três produtores julgaram que os valores liberados são baixos para as atividades desenvolvidas) e com o prazo de pagamento (para um dos produtores, os prazos para quitar os financiamentos são curtos).

Os produtores foram questionados a respeito do grau de relevância dos créditos obtidos para as atividades que desenvolveram ao longo dos anos, a partir de algumas alternativas. Neste caso apenas dois produtores (7%) declararam que os financiamentos obtidos não foram relevantes para os sistemas de produção explorados. Dentre os demais, sete julgaram *importante*, já 15 produtores (50%) afirmaram que a obtenção dos financiamentos foi muito importante ou fundamental para as atividades desenvolvidas nos respectivos lotes, sendo que dentre estes, 12 produtores declararam que não teriam meios de iniciar as atividades e/ou não chegariam ‘onde estão hoje’ sem os créditos obtidos, como ilustram esses dois depoimentos: “Foi tudo, como ia começar sem o Pronaf? Foi o pontapé inicial” (A. R, 51 anos, Assentamento Estrela da Ilha); “Foi o começo de tudo, foi bom, não estaria como tá hoje... No começo não tinha nada, hoje tenho rebanho bom, bezerros...” (D, R, G, 50).

Três produtores (10%), embora tenham reconhecido a importância dos financiamentos para as atividades desenvolvidas ao longo dos anos, destacaram que, na ausência destes, teriam meios próprios para iniciar e manter as atividades

Assistência Técnica

Buscou-se caracterizar a atuação dos órgãos/empresas que desenvolvem ações de assistência técnica e extensão rural segundo a percepção dos produtores entrevistados. Do total de produtores pesquisados, 18 (60%) moram em assentamentos que são atendidos pelo INCRA e ITESP, 10 (33%) exclusivamente pelo INCRA e ainda 2 (7%) exclusivamente pelo ITESP.

Quando questionados, conforme verifica-se na Tabela 1, 17 (57%) produtores afirmaram que contam atualmente com assistência técnica; dentre estes, 10 produtores afirmam que recebem assistência esporadicamente e sete produtores declararam que esta é realizada com regularidade. Em contrapartida, 13 agricultores (40%) declararam que no momento não estavam recebendo assistência técnica. Dentre estes, nove (30% dos produtores entrevistados) afirmaram que atualmente não recebem, mas já contaram com assistência técnica no passado; estes agricultores pertencem a assentamentos nos quais o INCRA e o ITESP (3 produtores) ou, apenas o INCRA (6 produtores) mantinha profissionais de assistência técnica e extensão rural para atendimento às famílias, na época da pesquisa. Já quatro produtores declararam que nunca receberam assistência

técnica, nestes casos, especificamente, são agricultores pertencentes a assentamentos assistidos unicamente pelo INCRA.

Tabela 1: Acesso aos serviços de assistência técnica (Microrregião de Andradina-SP).

Frequência da assistência técnica	Lotes	Lotes
Recebem (esporadicamente)	10	34
Recebem (regularmente)	7	23
Atualmente não recebem, mas já receberam	7	23
Atualmente não recebem, mas já receberam (regulamente)	2	7
<i>Nunca receberam</i>	4	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Ao serem solicitados para realizar uma avaliação sobre a assistência técnica recebida, dentre os produtores que demonstraram satisfação, 15 se referiram aos trabalhos desenvolvidos por profissionais ligados ao ITESP, cinco produtores à atuação dos técnicos do INCRA, um produtor aos trabalhos ligados à Embrapa e outro à assistência prestada por uma cooperativa. Nestes casos, a maioria dos produtores classificou como “boa” a assistência recebida, sendo que oito produtores classificaram a assistência prestada pelo ITESP, como “muito boa”, a mesma avaliação foi apresentada por três produtores em relação aos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos do INCRA.

Metade dos produtores (15) na Microrregião de Andradina apresentou alguma reclamação em relação à(s) assistência(s) prestada (s) pelos dois principais órgãos responsáveis pelas ações de assistência técnica e extensão rural. A insatisfação em relação à assistência técnica prestada pelo INCRA foi evidenciada na avaliação de 14 produtores. Neste caso, as principais reclamações se referem a dificuldades no acesso aos profissionais, principalmente, a não realização de visitas nos lotes de forma individualizada e à atuação fiscalizadora dos técnicos que se sobrepõe às ações de assistência técnica, propriamente dita, conforme ilustram alguns depoimentos: “Técnico do INCRA só aparece para dar broncas, faz 3 anos que não vem, veio há 3 anos para trazer notificação”; “Do INCRA (técnico) para vir em casa é muito difícil, se eu vi ele uma vez foi muito, aqui em casa nunca veio. Do ITESP é difícil também mas encontro mais”. Três produtores apresentaram queixas ao avaliarem a assistência prestada pelo

ITESP; entretanto, em nenhum destes casos a avaliação foi inteiramente negativa: “Boa, (assistência técnica do ITESP) poucos profissionais, mas os técnicos são esforçados, respondem prontamente”.

Dentre os aspectos que contribuem para uma avaliação majoritariamente negativa por parte dos produtores em relação aos trabalhos do INCRA, destaca-se, o fato dos profissionais do órgão atuar junto a um grande número de famílias (na maioria dos casos, tal número é superior ao de famílias assistidas pelos técnicos do ITESP). Os técnicos reúnem simultaneamente funções relacionadas à assistência técnica e à fiscalização, com uma ampla gama de atividades burocráticas. Verificou-se uma forte tendência por parte dos produtores em relacionarem as ações dos técnicos do ITESP à assistência técnica propriamente dita, diferentemente da atuação dos profissionais ligados ao INCRA. O órgão federal mantinha na região, na época da pesquisa, profissionais que não são de seu quadro funcional, sendo contratados por uma empresa que prestava serviços ao INCRA por tempo limitado, o que favorece uma maior rotatividade da equipe, dificultando a continuidade nas ações iniciadas pelos profissionais e o estabelecimento de relações de proximidade entre técnicos e produtores. Somado a estas questões, na época de realização da pesquisa, as ações do órgão se mostravam ainda mais limitadas, em vista da reestruturação da Superintendência em São Paulo, além de problemas na licitação para a contratação da empresa que daria continuidade ao trabalho, o que ocasionou a paralisação temporária das ações de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos da Microrregião.

Caporal (2006) ressalta a necessidade do estabelecimento de um número máximo de famílias junto às quais os técnicos deverão atuar; o autor observa, ainda, que não há no país nenhum estudo aprofundado voltado para a determinação desse número, mas enfatiza a importância da realização de experimentos por parte de entidades e técnicos para que se estabeleçam o número adequado para a relação entre técnico e famílias atendidas, com base nos grupos de interesse.

De forma complementar, buscou-se verificar a participação dos produtores em cursos ou palestras, realizados no último ano sobre atividades agropecuárias. Dez produtores (33%) mencionaram a participação em pelo menos uma atividade. Dentre os cursos/palestras citados destacam-se temas relacionados à pecuária leiteira (4) e a estratégias de agregação de valor – processamento de produtos (4). Dentre os produtores

que não participaram deste tipo de atividade (20 – 77%), cinco afirmaram que não dispunham de tempo; quatro produtores declararam que os temas abordados nas atividades não eram de seu interesse; e sete produtores declararam que não foram mais realizados cursos nos respectivos assentamentos ou não foram convidados.

Embora, metade dos produtores tenha apresentado insatisfação em relação à assistência técnica recebida, a grande maioria (21 produtores – 70%), quando questionada, reconheceu a importância da assistência para as atividades desenvolvidas ao longo dos anos, nas áreas exploradas. Já nove produtores (30%) declararam que a atuação dos profissionais ligados à assistência técnica não representou diferenças no que se referem às atividades desenvolvidas ao longo dos anos em seus lotes.

No que concerne à relevância da assistência técnica e extensão rural para as atividades desenvolvidas atualmente, 15 produtores (50%) pertencentes à Microrregião de Andradina afirmaram que no momento é “importante” contar com a assistência de profissionais no desenvolvimento das atividades agropecuárias; 11 produtores (37%) afirmaram que é “indispensável”; dois produtores julgaram que no momento é “pouco importante” e, também, dois produtores afirmaram que contar atualmente com profissionais de assistência técnica e extensão rural é “irrelevante”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se dentre os produtores pesquisados, amplo acesso a créditos agrícolas, especialmente das linhas ligadas ao Pronaf. Os financiamentos destinados a investimentos foram mencionados por 80% dos produtores, estes recursos foram empregados, sobretudo, na aquisição de matrizes. Já em relação aos financiamentos para custeio, apenas 27% conseguiram crédito para tal finalidade, o que acaba por ser um ponto de estrangulamento das atividades, pois a grande maioria dos assentados não dispõe de recursos próprios.

Embora os produtores pesquisados pertençam a projetos de assentamentos assistidos pelo INCRA e/ou ITESP, um considerável percentual destes agricultores declarou que não estava recebendo assistência técnica. Metade dos produtores pesquisados apresentou insatisfação em relação à assistência técnica prestada por pelo

menos um dos dois principais órgãos responsáveis por tal serviço, especialmente à assistência técnica prestada pelo INCRA. Muito embora a amostra de produtores contemplada na pesquisa seja pequena, os resultados observados em relação à qualidade da assistência técnica, segundo a percepção dos produtores, sugerem a necessidade de mudanças imediatas nas estratégias de atuação do INCRA junto aos assentamentos da região, em vista da pouca efetividade de trabalho no campo mencionada pelos produtores e evidenciada em vários momentos durante a realização da pesquisa.

5. REFERÊNCIAS

ARRAES, R., SOUSA JÚNIOR, J.. Eficácia da política de crédito governamental sobre a renda dos assentados da reforma agrária: um estudo de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 11, abr. 2011. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/46>. Acesso em: 6 Ago. 2012.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Lei 11.326/2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, dia 25/07/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 2 de jun de 2012.

BRUNO, R. L.; DIAS, M. M. **As políticas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2004. 79 p.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, n.10, p.312-347, 2003.

CAPORAL, F. R. e RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural Para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios Para Vencer a Inércia**. Brasília, setembro de 2006.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, Jun 2008. Disponível em: www.scielo.com Acesso em 03 jul 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em janeiro de 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA.
Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza. **Jornal. Publicação Especial do INCRA**, ano 1, no. 2. Dezembro, 2010.

LEITE, S.; HEREDIA et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

Medeiros, L. e Leite, S., (orgs.) **Assentamentos rurais**: Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.